

*Marcellino Martins
& E. Johnston*

150 ANOS DE CAFÉ

2ª edição revista

*Textos de Edmar Bacha
e Robert Greenhill*



Edmar Lisboa Bacha

**POLÍTICA
BRASILEIRA DO
C A F É
UMA AVALIAÇÃO
CENTENÁRIA**

*Professor Titular de Economia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*

I N T R O D U Ç Ã O



No fim do século passado, o Brasil era o café e o café era o Brasil — e foi aí quando se concebeu a política de valorização do produto. Cem anos depois, a Federação Brasileira dos Exportadores de Café declararia que o Brasil não mais dependia do café e que o mundo não mais dependia do café brasileiro — e foi aí quando se suspendeu o Acordo Internacional do Café e se fechou o Instituto Brasileiro do Café.

No entremeio, decorreram cem anos da história econômica do país, marcados pela ascensão, auge e queda da política de valorização do café, o mais importante marco de política econômica continuada da história moderna do Brasil.

O que se segue é uma descrição analítica das políticas brasileiras de intervenção no mercado do café. A história se inicia no princípio do século XIX, descrevendo a evolução do mercado mundial do café sem a intervenção brasileira. Uma reavaliação é então feita do papel do Encilhamento na promoção da sobreexpansão da produção de café em São Paulo no final do século passado (Seção 2). Uma explicação dos mecanismos do ciclo do café (Seção 3) conduz a uma discussão da primeira intervenção do Brasil no mercado, marcada pelo célebre Convênio de Taubaté de 1906. Dois outros episódios intervencionistas se seguiram, antes de a política de valorização se tornar “permanente” com a criação, em 1924, do Instituto Paulista de Defesa (Seção 4).

¹ Preparado para Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda. Sem implicá-los nos resultados, agradeço os comentários a uma versão prévia de Marcelo de Paiva Abreu, Orlando Corrêa Neto e Manoel Corrêa do Lago, bem como a excelente assistência de pesquisa de Mauro Cunha.

A década de 1930 trouxe a derrota da defesa paulista do café e foi também marcada pela destruição de quase 80 milhões de sacas na administração Vargas. A controvérsia provocada pela tese de Celso Furtado, de que a moderna indústria brasileira teria nascido das cinzas da incineração do café, é então avaliada (Seção 5).

Depois da superprodução da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, seguiu-se uma fase de subprodução e inigualável aumento de preços (Seção 6). No impulso das políticas renovadas de valorização do Brasil, esta fase de alta foi prolongada até meados da década de 1950 (Seção 7).

Foi nesse ponto que os campos do Paraná começaram a fazer sentir sua presença no mercado mundial, tanto em termos de seu imenso potencial de produção como de sua impressionante volatilidade. Durante os trinta anos seguintes, o mercado do café foi continuamente desbalanceado pela constante alternância de algumas safras enormes com outras safras muito pequenas do Paraná e regiões limítrofes de São Paulo.

O Brasil havia então perdido sua posição preeminente no mercado mundial do café, e o Santos-4 tinha que competir, em termos de qualidade, com os suaves colombianos e centro-americanos, e, em termos de custo, com os robustos africanos. A política de defesa do café se tornou internacional por necessidade, uma vez que a opção brasileira por uma estratégia de industrialização voltada para o mercado interno, que dificultava o crescimento de outras exportações, fez com que o país continuasse a depender das divisas das exportações do café, e assim não tivesse como usar o potencial de produção do Paraná para tentar recuperar a parcela do mercado que tinha perdido desde a Grande Depressão (Seção 8).

A década de 1960 foi o ápice da diplomacia do café, com a criação em 1962 da Organização Internacional do Café (OIC), e o desenho de um elaborado sistema de quotas para partilhar o mercado mundial do café entre os países produtores. O governo brasileiro tomou a liderança deste processo e paralelamente promoveu a erradicação de praticamente a metade do parque cafeeiro do país, para poder viabilizar o acordo internacional.

Uma vez alcançado o reequilíbrio do mercado, o Brasil deixou de lado no final da década de 1960 o guarda-chuva dos preços altos e desenhou uma política agressiva de preços, a qual tornou o preço de seu café dependente dos preços dos cafés de seus sócios no acordo internacional. Seguiu-se um período de ativismo dos produtores, acompanhando o auge da Guerra do Vietnam, o qual,

num dado momento, alguns sonhadores imaginaram poder fazer convergir para a criação de uma OPEP do café (Seção 9).

Em 1975, a mais destrutiva geada da história do café arrasou os cafezais do Paraná, e mudou de forma definitiva a natureza do mercado internacional do café. Pois a Colômbia agora iria assumir o papel de herdeiro aparente, enquanto que o Brasil, nesse ponto novamente envolvido numa estratégia de substituição pesada de importações, executava uma tardia repetição das políticas de valorização do passado.

Finalmente desperto de seu torpor, os executores da política brasileira desenharam em 1980 uma "estratégia de reconquista", com o propósito de recuperar a parcela do mercado perdida desde o início da década de 1970. Isto marcou o começo do fim do Acordo Internacional do Café (AIC), porque a "reconquista" essencialmente significava que o Brasil não mais estava disposto a fazer o papel de acomodador no mercado internacional do café.

A natureza interveio novamente, com uma severa seca nos cafezais brasileiros em 1985. Isto, por um lado, adiou o fim do drama mas, por outro, acentuou o desequilíbrio no mercado, porque deu um novo impulso para a expansão do cultivo do café no Brasil e em outros países. Depois que o país recuperou-se de seu dramático reencontro com a democracia em 1985, o processo de desregulamentação do setor café ganhou velocidade, convergindo, em 1989, para a suspensão das cláusulas econômicas do AIC e, em 1990, para o fechamento do Instituto Brasileiro do Café (Seção 10).

Uma avaliação das políticas brasileiras do café no passado e uma discussão das alternativas possíveis para o futuro dessa política fecham a monografia (Seção 11).

O Anexo I contém uma discussão analítica da crítica de Delfim Netto (1979) à política paulista de valorização na década de 1920. O Anexo II lista os presidentes do Instituto Brasileiro do Café. Um apêndice estatístico apresenta séries diversas sobre a economia mundial do café numa perspectiva brasileira.

O SÉCULO XIX²

2

18

A demanda mundial do café cresceu a um ritmo elevado no século XIX. Julgando pelo comportamento a longo prazo da produção, Ocampo (1984) estima que a demanda mundial deva ter crescido a uma taxa de 2,7 por cento por ano no período de 1830 a 1900, uma taxa muito mais alta do que o crescimento do PIB nos países desenvolvidos, o qual se estima haver sido de 2,1 por cento por ano no mesmo período (Bairoch, 1981).

O mercado mais dinâmico foi o dos EUA. No começo do século, segundo Ocampo (1984), as importações desse país respondiam por não mais do que 10 por cento do mercado mundial, mas alcançaram 40 por cento do total a partir da década de 1880 (veja Gráfico 1).

Na Europa, os mercados mais importantes foram a Alemanha e a França. A Escandinávia e os Países Baixos sempre tiveram taxas elevadas de consumo *per capita*, mas devido ao tamanho reduzido de suas populações não pesavam muito nos mercados mundiais. A Inglaterra foi um importante importador no começo do século, mas a competição crescente do chá deslocou progressivamente as importações de café desse mercado.

O dinamismo da demanda no século XIX requeria uma resposta igualmente ágil das áreas de produção, mas essas eram todas regiões tropicais subdesenvolvidas. Assim, a expansão da demanda gerou um desequilíbrio estru-

² Esta seção baseia-se em Ocampo (1984: 301-15).

tural nos mercados mundiais, que se manifestou numa tendência crescente dos preços do café, além de uma série de mudanças regionais na composição da oferta, acompanhadas pela ascensão e queda de distintas formas de organização da produção.

O primeiro grande desajuste no mercado do café foi provocado pela revolução haitiana de 1791, que marcou o fim da escravidão naquele país. Naquela época, de acordo com Ocampo (1984), a produção mundial de café era algo em torno de 1,2 milhão de sacas de 60kg. O Haiti produzia 650 mil sacas, mais da metade do total. A redução conseqüente da produção causou um aumento significativo dos preços no final do século XVIII, os quais se mantiveram elevados até o começo da década de 1820.

As primeiras regiões a responderem ao desequilíbrio gerado pela revolução haitiana foram as colônias européias das Antilhas e das Guianas, onde a produção ainda não se havia desenvolvido em larga escala. As plantações de café de Cuba e Porto Rico também experimentaram um desenvolvimento significativo nas três primeiras décadas do século XIX.

A partir de 1820, o fenômeno mais importante foi a extensão do cultivo do café para outras regiões, notadamente o Brasil e as Índias Holandesas, e, nessas, especialmente Java. As exportações brasileiras já eram signifi-

19

GRÁFICO 1
Importações Mundiais de Café

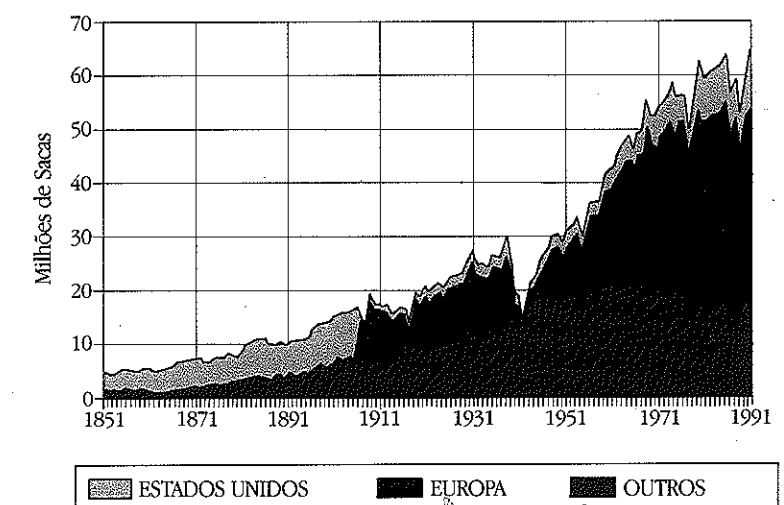
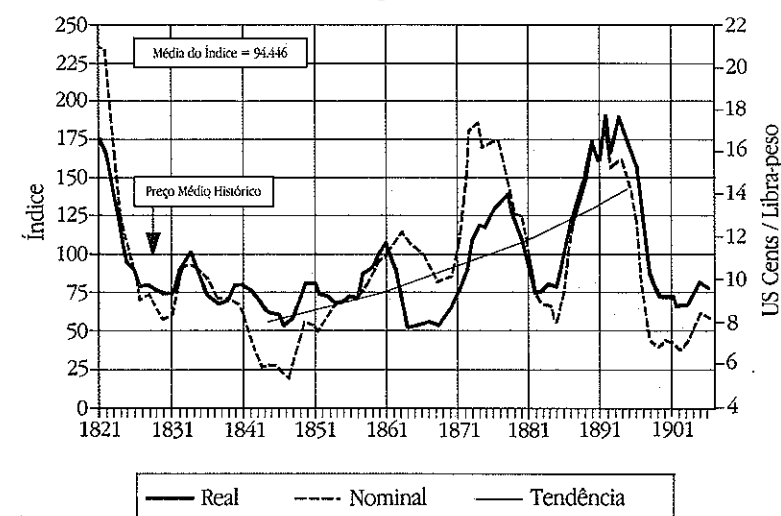


GRÁFICO 2
Preço Médio de Importação de Café - EUA



cativas no final da década de 1810, mas sua expansão em larga escala somente se manifestou nas três décadas seguintes.

A expansão da produção de café no Brasil e Java e, em menor medida, no Ceilão e outros países causou um significativo declínio dos preços a partir de meados da década de 1820. Este declínio foi um fator chave para a crise experimentada a partir da década de 1830 pela produção nas Guianas e nas Antilhas, excetuando o Haiti, que conseguiu reconstruir sua indústria do café numa base campesina.

No começo da década de 1830, de acordo com Ocampo (1984), a produção mundial de café era algo em torno de 2,5 milhões de sacas por ano, e o Brasil já era o principal produtor, com cerca de 650 mil sacas, seguido por Cuba, Java e Haiti, cada um com níveis de produção variando entre 350 e 450 mil sacas. Na metade do século, as novas regiões produtoras já tinham definitivamente deslocado as Antilhas do mercado mundial de café.

O declínio dos preços do café, que começou no final da década de 1820, aplainou-se no final da década de 1840. Daí em diante, ocorreu um longo e forte movimento ascensional, alcançando seu pico no início da década de 1890. O Gráfico 2 mostra a evolução dos preços médios de importação de café nos EUA de 1821 até 1906, em centavos de dólar por libra-peso,

e também como um índice real, ie, deflacionado pelo índice de preços industriais por atacado nos EUA³. O gráfico também mostra a linha de tendência dos preços reais do café de 1845 até 1895.

A segunda metade do século XIX esteve marcada por movimentos cíclicos significativos, numa alternância de mercados de vendedores e compradores, como se pode ver no Gráfico 2. Não obstante, a tendência dos preços do café é claramente ascendente entre o final da década de 1840 e os primeiros anos da década de 1890⁴.

A tendência ascendente dos preços do café na segunda metade do século XIX refletia os problemas encontrados pela oferta do café para responder ao ritmo crescente da demanda mundial. As dificuldades mais severas foram experimentadas pelos dois principais produtores, Brasil e Índias Holandesas. Nas últimas, a produção de café era baseada principalmente num sistema de plantio compulsório pelas comunidades locais, com um monopólio de comercialização por parte do Estado. Este sistema compulsório encontrou seus limites de expansão em meados da década de 1850.

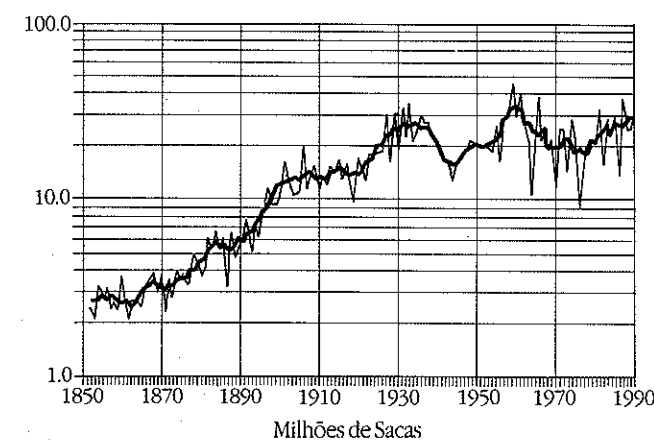
O Brasil apresentou um desenvolvimento extraordinário da produção a partir do final da década de 1810. Mas essa expansão acelerada praticamente terminou no final da década de 1840. Nas três décadas seguintes, a expansão foi muito lenta. Os principais problemas deste período da história brasileira do café foram a falta de transporte e de mão-de-obra. Durante a primeira metade do século, o café do Brasil desenvolveu-se no Rio de Janeiro, na base do trabalho escravo. Mesmo em 1880, um escravista membro do Congresso brasileiro podia asseverar que "o Brasil é o café e o café é o negro".⁵

³ A série de preços de importação de café dos EUA é de Delfim Netto (1979: 245-6), que a tomou principalmente de Hopp (1954). Este autor, entretanto, omitiu a informação para 1880/81 e 1881/82, arguindo elipticamente que tais preços foram afetados pela inflação brasileira do período. Delfim Netto não explica como construiu os dados que faltavam, mas os números que escolheu para 1880 e 1881 não coincidem com outras informações de preços para o período (veja-se, por exemplo, Ocampo, 1984). Decidimos, por isso, usar estimativas estatísticas para esses dois anos, baseados na relação observada, em 1890-1917, entre os preços de importação dos EUA e os preços do Rio-7 (na época, o mais importante tipo brasileiro de café). Veja o Anexo Estatístico para maiores detalhes.

⁴ A linha de regressão, ajustada por mínimos quadrados ordinários para o período 1845-1895, é: $\text{preço} = -29,54 + 0,0182 (\text{tempo})$, com $R^2 = .51$ e um desvio padrão do coeficiente do tempo igual a 0,0025. Para uma interpretação alternativa para os altos preços do café, prevaletentes na década de 1880, veja-se Lewis (1978).

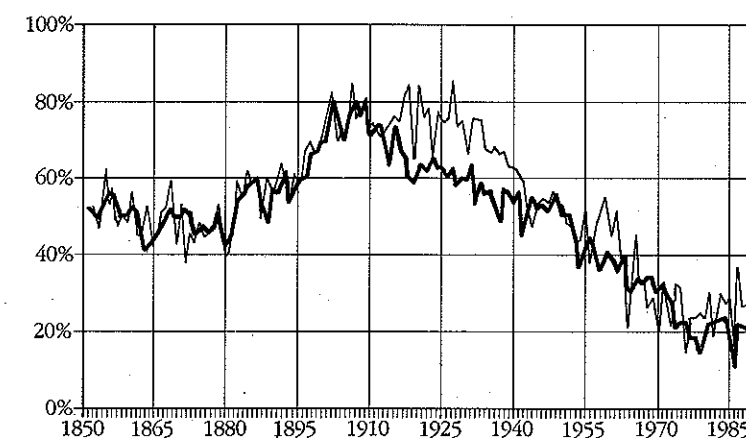
⁵ A frase é de Silveira Martins num discurso no Senado brasileiro contra a campanha pela abolição da escravidão. Cf. Taunay, A. (1945: 231).

GRÁFICO 3
Produção Brasileira de Café



— Original — Média Móvel 5 anos

GRÁFICO 4
Part. Brasil no Mercado Mundial de Café



— PRODUÇÃO — EXPORTAÇÃO

O fim do comércio internacional de escravos na década de 1850 representou para os cafeicultores brasileiros um sério impedimento para expandir a produção, agravado pela exaustão de boas terras perto do porto do Rio de Janeiro. Uma nova e substancial expansão da cafeicultura a partir do final da década de 1870 somente se tornou possível quando a ferrovia abriu o planalto paulista para o cultivo do café, com base na maciça importação de imigrantes europeus para as plantações que começaram então a desenvolver-se rapidamente naquela província (veja Gráfico 3).

A maciça imigração européia tornou-se possível pela oferta de salários relativamente elevados como consequência dos altos preços de café prevalentes na época. Contudo, mais ou menos ao mesmo tempo em que o Brasil estava resolvendo através da imigração seu problema de mão-de-obra, pragas do café atingiram as plantações primeiro do Ceilão, e então de Sumatra e Java. O Ceilão eventualmente abandonou o cultivo do café e dedicou-se à produção de chá. Nas Índias Holandesas, o movimento descendente da produção deteve-se somente no começo do século XX.

Enquanto isso, a alta dos preços induziu a extensão do cultivo a outras regiões produtoras nas Américas, não somente onde o café já se havia estabelecido antes de 1850 (Venezuela, Haiti e Costa Rica), mas também a novas regiões produtoras (Guatemala, El Salvador, México e Colômbia).

O desequilíbrio do mercado cafeeiro na segunda metade do século XIX foi, entretanto, somente resolvido na última década do século, quando a enorme expansão do cultivo no planalto paulista aumentou de forma dramática a oferta mundial e forçou os preços violentamente para baixo entre 1896 e 1902.

No começo do século XX, o Brasil contribuía com 75 por cento da produção mundial; o resto vinha basicamente do México, América Central, Venezuela e Colômbia. Somente o Haiti, entre as regiões produtoras do começo do século XIX, mantinha uma modesta participação no mercado. A produção da Ásia, que tinha ocupado uma posição importante durante todo o século XIX, representava no início do século XX somente 3 por cento da oferta mundial.

PAPEL DO ENCILHAMENTO

A discussão anterior, seguindo de perto a Ocampo (1984: 301-15), diverge em dois pontos importantes da conhecida interpretação de Delfim Netto (1979: 1-31) sobre a evolução do mercado do café na segunda metade do século XIX⁶.

Embora reconhecendo o dinamismo da demanda mundial no período, Delfim Netto focaliza sua análise nos ciclos de 10 a 20 anos dos preços do café, e desconsidera a tendência secular desses preços, em termos reais, de meados da década de 1840 até meados da década de 1890, a qual é o tema central daquele período, como uma consequência natural da interação entre o dinamismo da demanda e os desajustes da oferta.

Uma razão para essa diferença de perspectiva é o uso por Delfim Netto de uma série de preços de café em dólares correntes, o que o impede de capturar as consequências da tendência declinante do nível de preços em dólares depois da Guerra Civil americana. Isto é ilustrado no Gráfico 5, que mostra a evolução no século XIX dos preços industriais por atacado nos EUA, bem como dos preços médios dos produtos importados pelo Brasil, desde 1850. Em consequência da deflação dos preços em dólares a partir da década de 1870, no Gráfico 2 constata-se que o pico dos preços reais do café no início da década de 1890 é muito mais alto do que aquele de meados da década de 1870, fenômeno esse que não é capturado pela série de preços nominais usada por Delfim Netto.

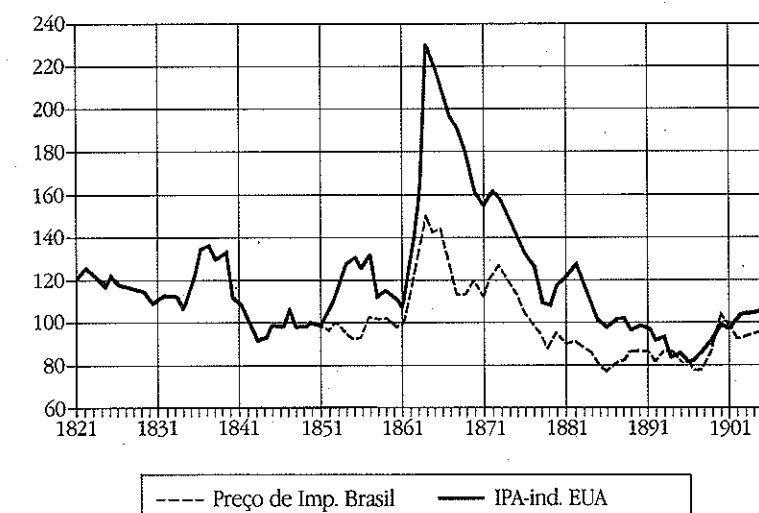
Uma razão suplementar para a diferença de perspectiva é o uso por Delfim Netto de uma série de preços que termina em 1906 — portanto incluindo o forte movimento descendente a partir de 1896 — e começando em 1857, portanto excluindo a tendência de alta que se inicia no final da década de 1840.

Quando se leva em conta a deflação dos preços em dólares depois da Guerra Civil americana, a tendência ascendente dos preços do café torna-se manifesta — veja-se o Gráfico 2 — e reafirma-se como sendo o impulso fundamental para a expansão do cultivo do café no Brasil e em outros países americanos.

⁶ O texto original de Delfim Netto data de 1959. As referências que se seguem são à edição, mais facilmente localizável, da Fundação Getúlio Vargas, de 1979.

GRÁFICO 5

Índices de Preços em Dólares (1850=100)



Um segundo ponto, a este relacionado, tem a ver com a asserção de Delfim Netto de que o principal fator explicativo da expansão do café no final do século XX no Brasil foi, não a longa tendência ascendente dos preços internacionais do café, mas sim a substancial desvalorização cambial que o país experimentou no início da década de 1890,⁷ causada principalmente pelos excessos de expansão monetária que acompanharam a queda da Monarquia em dezembro de 1889.⁸ Esta interpretação, que encontra sua origem em Taunay (1945: 249-68), tem sido aceita por praticamente todos os historiadores econômicos do período, por exemplo, Furtado (1959), Fausto (1975), Villela and Suzigan (1973), Franco (1983), Fritsch (1988).

⁷ Nas palavras de Delfim Netto (1979: 28): "Devido à violenta inflação verificada nos primeiros anos da República, os preços do café em mil-réis subiram muito mais depressa do que em moeda estrangeira e descenderam muito menos rapidamente, o que provocou um violento aumento de produção justamente quando os preços já se encontravam em níveis muito baixos."

⁸ Há ainda alguma controvérsia sobre se a desvalorização cambial do início da década de 1890 foi simplesmente um fenômeno monetário ou se foi também influenciada por choques adversos no balanço de pagamentos do país. Delfim Netto alinha-se com a visão dominante em seu tempo de que ela foi um fenômeno puramente monetário. Para uma defesa da interpretação dos choques adversos, veja-se Franco (1983).

De fato, se se aceita a validade dos dados disponíveis sobre salários nominais, como aqueles coletados para a cidade do Rio de Janeiro por Lobo (1978), ou então para o interior de São Paulo por Lago (1978: 214-16), então a conclusão que se segue é a de que a desvalorização do começo da década de 1890 não se refletiu imediatamente sobre os custos salariais, aumentando assim a rentabilidade da produção (de café como de outras atividades voltadas para o comércio exterior), e tendendo a provocar uma expansão da capacidade produtiva.

É interessante que na Colômbia um ponto de vista similar foi discutido por inúmeros historiadores⁹, que sustentaram que a expansão do café naquele país no final do século XIX também foi provocada pela expansão monetária durante a Regeneração (1880-1899), a qual causou uma desvalorização substancial do peso, não acompanhada por um correspondente aumento dos salários nominais, e assim aumentando substancialmente a rentabilidade da produção do café naquele período.

Ocampo (1984: 326-34) desenvolve uma análise cuidadosa dessa tese para concluir que a evidência concernente ao comportamento dos salários nominais é no mínimo duvidosa; e ele insiste em que as razões para a atração relativa do cultivo do café no final da década de 1880 e início da de 1890 foram: primeiro, o comportamento dos preços em dólares reais do café em Nova Iorque; segundo, o fato que os preços do café no interior da Colômbia nesse período aumentaram ainda mais do que os preços do café posto em Nova Iorque, devido a reduções substanciais nos fretes marítimos e melhorias significativas no sistema de transporte doméstico, as quais muito reduziram a diferença entre os preços ao produtor e ao consumidor. O mesmo raciocínio aplica-se obviamente a São Paulo, onde a construção de ferrovias reduziu substancialmente os custos de transporte a partir da década de 1870.¹⁰

Uma avaliação detalhada dessa controvérsia para o caso do Brasil teria que ser objeto de um estudo especial, mas, mesmo aceitando a evidência sobre o comportamento dos salários nominais, em princípio é difícil explicá-la meramente por rigidezes salariais derivadas do sistema de colonato, conforme sustenta Delfim Netto (1979: 35), porque os trabalhadores eram, em sua maioria, imigrantes e as importações representavam uma parcela impor-

⁹ Cf. referências em Ocampo (1984: 326-34).

¹⁰ Cf. Matos (1974), Silva (1976), Cano (1977).

tante de sua cesta de consumo. Uma explicação mais razoável para o declínio do salário real no período pareceria ser o extraordinário influxo de imigração européia subsidiada a partir de meados da década de 1880, conforme documentada por Holloway (1984), a qual mais do que resolveu o problema da escassez de braços no setor rural paulista, conforme demonstra Lago (1978: 214-16).

O *timing* do surto de imigração indicado no Gráfico 6, com dados retirados de Holloway (1984: 265), sugere fortemente que a sobreexpansão da produção paulista de café no início da década de 1890 foi liderada, não pela drástica desvalorização de 1891 causada pelo Encilhamento, mas sim pelo significativo aumento dos preços reais do café em moeda estrangeira que se manifesta desde o princípio da década de 1880. De fato, a imigração aumenta, primeiro, devagar no início dessa década e então explode no período de 1887 a 1891. O processo continua com vigor até o final da década de 1890, mas claramente a decisão de trazer um número tão grande de imigrantes deve ter sido tomada na década de 1880 e não na de 1890.

Se isto é correto, fatores reais (ie, o aumento nos preços reais internacionais do café causados pela expansão da demanda mundial, e a redução nos salários reais causada pela expansão da imigração européia) foram a fonte do aumento da lucratividade na produção cafeeira no início da década de 1890. A tese segundo a qual foi a expansão monetária do Encilhamento, que afetou a lucratividade através de uma desvalorização (temporária) da taxa de câmbio real, pode ser justificada *a priori*, mesmo na ausência dos salários rígidos mencionados por Delfim Netto,¹¹ mas não parece ser suficientemente sólida face à explicação alternativa aqui proposta.

Para reafirmar este ponto de vista, no Gráfico 7 faz-se uma comparação entre a evolução do índice de preços do café em dólares reais (ie, deflacionados pelo índice de preços industriais por atacado dos EUA) e a evolução da razão entre os preços domésticos do café e os salários nominais no Rio de Janeiro (com ambos índices assumindo o valor 100 no nível das respectivas médias históricas). Constata-se que o salto no índice de preços em

¹¹ Calvo e Rodriguez (1977) apresentam um modelo macroeconômico, relevante para as condições brasileiras da época, em que uma expansão monetária gera uma desvalorização temporária da taxa de câmbio real, mesmo na presença de preços e salários flexíveis e de previsão perfeita por parte dos agentes econômicos.

GRÁFICO 6
Imigração para São Paulo

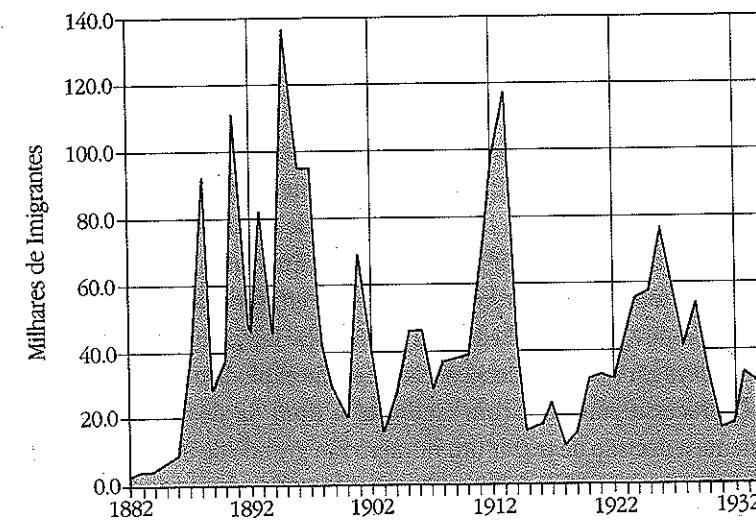
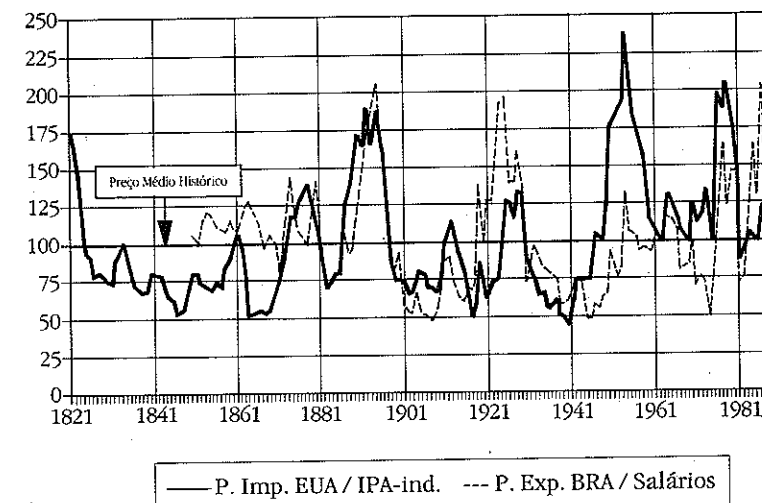


GRÁFICO 7
Índices de Preços do Café



dólares reais não só é da mesma magnitude, como antecede o salto da relação entre preços e salários domésticos, no período em consideração. Isto tende a confirmar que foram as forças da oferta e procura no mercado mundial do café, e não o Encilhamento, as responsáveis pelo enorme aumento da lucratividade do café no final da década de 1870 e início da de 1890.

Este ponto é importante também para ilustrar que os mecanismos de auto-regulação do mercado do café no século XIX eram de fato muito limitados. Deixado à sua própria sorte, o mercado do café não somente tendeu a produzir profundas flutuações de prazo médio, conforme enfatizou Delfim Netto, mas também tendências de longo prazo de caráter explosivo, conforme sugere o Gráfico 2.

C I C L O D O C A F É



Neste ponto é apropriado considerar mais cuidadosamente o funcionamento do ciclo do café em São Paulo na virada do século, pois isso é essencial para compreender as políticas de valorização que serão discutidas a seguir.

O primeiro ponto a observar é que o café é uma cultura permanente, na qual, no início do século, cerca de 75 por cento dos custos totais eram fixos e apenas 25 por cento eram variáveis, isto é, dependiam do tamanho da colheita.¹² A importância dos custos fixos na produção de café, junto com o fato de que o cafeeiro começava a produzir somente quatro anos após plantado e não atingia sua produção máxima senão nove anos depois, significava que, em seguida a uma expansão da demanda, os preços continuavam em níveis relativamente elevados por um bom número de anos, antes que a oferta pudesse reagir plenamente.¹³ Quando ela reagia, entretanto, a tendência era de sobreprodução, porque, na ausência de sinais negativos de preços enquanto

¹² Isto está de acordo com Rowe (1936: 37). Uma resenha recente (Landell Mills, 1990) sugere para o Brasil uma razão de 35:65 entre custos variáveis e fixos, a qual alguns operadores do mercado do café consideram subestimar a importância dos custos variáveis nas novas regiões de terras mais pobres, de Minas Gerais e do Cerrado, de onde hoje em dia provêm uma importante parcela do café brasileiro.

¹³ Com as novas variedades mais recentemente desenvolvidas, o cafeeiro começa a produzir 2 a 3 anos após plantado, e atinge um pico de produção já aos 5 anos, tendo, ademais, uma vida produtiva que não excede os 15 a 20 anos, em comparação com os 40 anos de antanho. O fato de

as plantações se desenvolviam, as deficiências da coordenação de mercado tinham um campo livre para agir, pois os produtores passavam a depender, nas suas decisões de plantar, de suas expectativas de bonança continuada, de seu instinto de rebanho, da confiança na intervenção do governo, e de outros procedimentos menos do que perfeitos.

A menos que a demanda provasse ser muito dinâmica ou que fatores climáticos adversos intervissem, um período de escassez de oferta tendia assim a ser sucedido por um período de superprodução, o qual também seria longo, por razões de novo relacionadas com a importância relativa dos custos de investimento na produção de café. Os preços agora teriam que permanecer em níveis não lucrativos por um longo prazo, antes que os produtores abandonassem a opção de esperar por tempos melhores e tomassem a decisão de erradicar seus cafeeiros, conforme necessário para reduzir a produção de forma permanente.

Foi esta característica do processo de oferta do café em São Paulo que esteve na base dos ciclos de 10 a 20 anos dos preços do café claramente observáveis no século XIX e tão bem descritos por Delfim Netto (1979). Contudo, não foram somente essas variações a médio prazo dos preços do café que explicam a decisão do governo brasileiro de começar a intervir no mercado cafeeiro em 1906.

A produção brasileira de café esteve sempre caracterizada por amplas variações de ano para ano, conforme se ilustra no Gráfico 3. A descrição que se segue do ciclo de curta duração da produção do café, bastante característica das condições paulistas no início do século, é retirada de Rowe (1936: 30-33). Suponha que o tempo seja muito bom e que em consequência se obtenha uma colheita excepcional. A gestação dessa colheita exaure fortemente a vitalidade dos cafeeiros, e mesmo que o bom tempo continue, a próxima colheita será quase certamente muito abaixo do normal. A gestação dessa pequena colheita faz descansar o cafeeiro, mas normalmente ele não estará em condições de gerar uma nova colheita excepcional por alguns anos. Depois disso, uma colheita excepcional pode vir a qualquer tempo, dependendo apenas do tempo. Assim, particularmente em São Paulo no período em estudo, havia um ciclo normal bastante regular de colheitas excepcionais seguidas por duas ou três pequenas

que terras mais pobres são agora usadas, com espaçamento mais denso do que antes, também significa que os níveis de produção são agora muito mais dependentes no uso de fertilizantes e outros cuidados anuais do que no passado.

colheitas, a menos que ou até que o tempo produzisse as condições para uma nova colheita excepcional¹⁴. Em termos gerais, a colheita excepcional era duas vezes superior ao tamanho da colheita pequena.

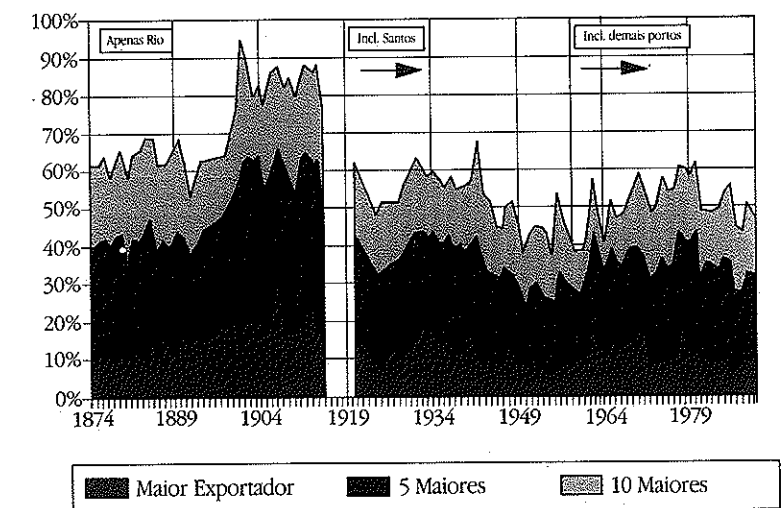
Esse ciclo de colheitas era um grande problema do ponto de vista do comportamento dos preços. A demanda final por café não varia muito, ainda que o preço varie significativamente. Conseqüentemente, mesmo que o preço de uma colheita excepcional fosse muito reduzido, não muito mais do que o consumo normal seria vendido. O excedente sobre o consumo normal tinha que ser comprado pelos comerciantes e estocado até que fosse requerido para compensar a deficiência de uma colheita pequena, e esta estocagem era perfeitamente possível porque o café não deteriora por um bom número de anos. Em anos de colheitas excepcionais, não tendo crédito para estocar, os produtores tinham que vender praticamente toda sua colheita para fazer caixa para cobrir os elevados custos totais de colheita de uma safra excepcional. O comerciante então guardava o excedente até o ano seguinte, e assim num ano de colheita pequena a quantidade de café em oferta no mercado poderia não ser muito menor do que o consumo normal, tendo isso como resultado que o preço nos anos de colheitas pequenas não aumentava muito mais do que o normal.

O produtor sentia que o comerciante ganhava dos dois lados. Ele via o café que tinha vendido para o comerciante num ano ser por ele revendido, talvez doze ou dezoito meses depois, a um preço que era cinquenta por cento mais alto ou mais ainda. E o produtor imaginava que se uma colheita excepcional significava preços baixos, então uma colheita pequena devia significar preços altos. Ele então se convenceu que somente se um esquema pudesse ser implantado para reter o excedente fora do mercado no ano excepcional é que o preço naquele ano não seria tão desastrosamente baixo, e que ele então poderia posteriormente apropriar-se dos lucros excepcionais que os comerciantes pareciam estar fazendo.

À irregularidade da produção de um ano para o outro, adicionava-se a irregularidade, dentro de cada ano cafeeiro, das remessas de café das

¹⁴ Quando o café brasileiro depois da Segunda Guerra moveu-se para o Paraná, em muito aumentou tanto a agudeza das variações bianuais da produção como sua propensão a ser atingida por geadas destrutivas. Para uma avaliação quantitativa do ciclo bianual, veja-se Bacha (1968: 87-105).

GRÁFICO 8
Concentração da Exportação Bras. Café



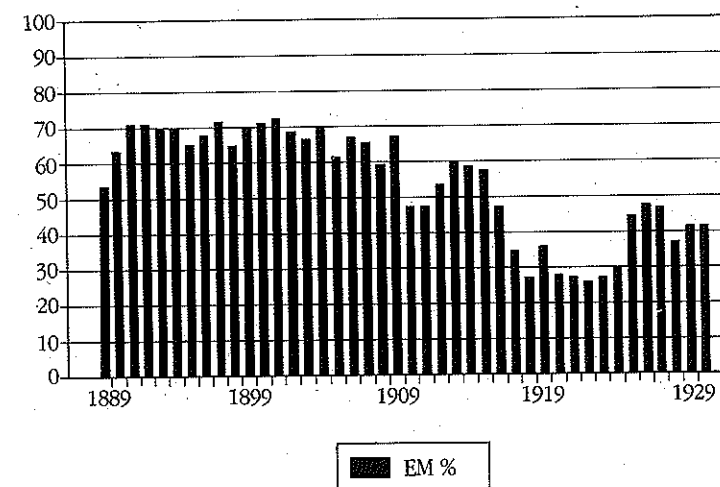
fazendas para os portos, a qual se precipitava no segundo semestre, causando grandes problemas financeiros para os produtores, em virtude da inexistência de um sistema bancário capaz de prover crédito de curto prazo com suficiente elasticidade.

O fato que as firmas exportadoras eram não somente grandes (veja-se o Gráfico 8 com os dados sobre a concentração por firmas da exportação de café do país), mas também estrangeiras — principalmente inglesas, americanas e alemãs — compunham o descontentamento dos produtores. Conforme o próprio presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) colocou o problema em sua mensagem de outubro de 1921 ao Congresso, propondo a criação de uma agência governamental para a defesa permanente do café:

Esta situação se agrava com a falta de organização do mercado produtor, constituído, como é, por uma massa difusa de vendedores, sem coesão, sem unidade de ação, sem resistência financeira, em frente de dez ou doze casas compradoras, apercebidas de todos os recursos para a luta e ligadas pelo interesse comum de comprar a baixo preço¹⁵.

¹⁵ Reproduzido de Delfim Netto (1979: 85).

GRÁFICO 9
Receita Tributária SP - Part. Café



As queixas dos produtores encontravam acolhida no governo federal também por causa do significado macroeconômico do produto. O café constituía não menos do que 70 por cento do valor total das exportações brasileiras, e se o valor das exportações de café caía, a balança comercial brasileira se deteriorava, e o mercado cambial virava-se contra o país, tornando mais difícil para o governo federal lançar empréstimos no exterior, dos quais ele era tão dependente. Ademais, do ponto de vista regional, o café era o centro da vida econômica de São Paulo, que já era o estado mais importante do país. Conforme se documenta no Gráfico 9, com dados de Nozoe (1984: 19), os impostos sobre a exportação de café nos primeiros anos da República Velha (1889-1930) representavam praticamente 70 por cento da receita total do Estado de São Paulo.

Em síntese, "se os cafeicultores prosperavam e tinham muito dinheiro para pagar bons salários, todo mundo prosperava, e o comércio reluzia. Se a indústria do café estava deprimida, toda a vida econômica do país se deprimia (Rowe, 1936: 32-3)".

Esta descrição sugere uma enorme complementaridade entre o café e o ritmo da atividade econômica no país na primeira parte do século.

Pareceria assim estar em contradição com uma tradição da historiografia econômica brasileira, baseada em Furtado (1959), que tendia a enfatizar os elos negativos entre o café e a indústria, sustentando que a indústria somente teria prosperado, durante a Primeira Guerra e a Grande Depressão, quando o comércio do café se encolheu e uma barreira protecionista contra as manufaturas estrangeiras foi constituída.

A partir, entretanto, do trabalho pioneiro de Dean (1971), uma melhor compreensão foi adquirida dos elos positivos entre as exportações de café e a industrialização de São Paulo. Parece agora existir amplo acordo entre os historiadores econômicos em que a distinção relevante entre os períodos anterior e posterior a 1930 não é a oposição entre crescimento liderado pela agricultura e crescimento liderado pela indústria, como antes se supunha, mas sim entre uma industrialização liderada pelas exportações e uma industrialização liderada pela substituição de importações.¹⁶ No primeiro caso, pré-1930, a indústria doméstica prosperava, em competição com as importações, aproveitando-se dos custos de transporte mais baixos, na medida em que escalas mínimas de produção eram viabilizadas pela expansão dos mercados locais através da renda gerada pelas exportações crescentes de café. No outro caso, pós-1930, as barreiras à importação, constituídas por uma taxa de câmbio depreciada, junto com tarifas às importações e outros controles, reservava o mercado doméstico para o crescimento auto-sustentado da indústria local, mesmo tendo ela perdido o impulso dado pelas exportações de café.

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Villela e Suzigan (1973), Silva (1976), Cano (1977), e Versiani e Barros (1977). Estas observações estão, entretanto, sujeitas à crítica de Delfim Netto (1979) sobre os custos sociais da valorização paulista do café, a qual é considerada na próxima seção, sob o título "Valorização e Bem-Estar Social".

PRIMEIRAS VALORIZAÇÕES



A partir de 1906, o Brasil interveio, primeiro esporadicamente, depois permanentemente, na operação do mercado internacional do café. Essas intervenções duraram até o começo da Grande Depressão de 1930, a qual, em conjunto com a superprodução de café e a mudança política doméstica, alteraram substancialmente a natureza da política brasileira do café. O período de 1906 a 1930 está felizmente bem estudado na literatura. As próximas subseções, assim, além de se valerem da tese clássica de Delfim Netto (1979), na maior parte do tempo meramente sumariam os argumentos desenvolvidos por Winston Fritsch (1988) em sua tese doutoral sobre a política econômica na República Velha (1889-1930).

CONVÊNIO DE TAUBATÉ

A princípios do século XX, os brasileiros se viram com um potencial de produção que era o dobro daquele de dez anos antes. Os preços do café, entretanto, eram apenas metade do que haviam sido. A pressão sobre o governo para intervir começou na segunda metade da década de 1890, mas Joaquim Murtinho, o darwinista ministro da Fazenda do período 1903-1907, acreditava firmemente nas propriedades purificadoras das forças de mercado e asseverou que:

Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o governo deixou que a produção do café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ela nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta.¹⁷

De acordo com Delfim Netto (1979), a crise de superprodução que começara em 1896 estava em meados da década de 1900 em processo de uma solução natural, através de preços mais baixos, amplos estoques em mãos dos exportadores, e produção progressivamente declinante, quando o mercado foi surpreendido pela florada da colheita de 1906, que antecipava uma produção de magnitude sem precedentes. Esta colheita iria aumentar a oferta disponível para 30 milhões de sacas em 1907, face a uma demanda externa estimada em apenas 16 milhões de sacas.

Para evitar uma nova queda de preços, o governador de São Paulo organizou em fevereiro de 1906 o célebre Convênio de Taubaté, com os dois outros estados produtores mais importantes, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estabelecendo os termos de um plano de defesa dos preços a ser apresentado ao Congresso Nacional.¹⁸ Pedia ao governo federal garantia para um grande empréstimo estrangeiro a ser levantado pelo governo paulista, a fim de comprar o café excedente a preços mínimos fixados em moeda estrangeira; um imposto seria cobrado sobre cada saca exportada para prover a receita vinculada ao serviço do empréstimo.¹⁹ Ademais, para manter os preços do café em moeda doméstica nos preços mínimos fixados, o valor externo da moeda brasileira seria sustentado a uma taxa relativamente desvalorizada.

O Congresso eventualmente aprovou uma forma modificada do plano, mas não em termos tão favoráveis para os cafeicultores como os estados produtores de café originalmente pretenderam. Não somente a estabilização

¹⁷ Esta citação, do Relatório de 1907 do Ministro da Fazenda ao presidente da República, é transcrita de Delfim Netto (1979: 32).

¹⁸ Para detalhes e avaliações do Convênio de Taubaté, veja-se Delfim Netto (1979: 47-66), Pelaez (1971: 52-60), Fausto (1975: 213-25), Holloway (1975: 13-31), Fritsch (1988).

¹⁹ Em São Paulo, novas plantações de café foram fortemente taxadas a partir de 1903, numa lei estadual que foi posteriormente prorrogada, pelo menos nominalmente, até 1912. Cf. Nozoe (1964: 20).

cambial não foi assegurada nos níveis propostos, como também o governo federal não se comprometeu a assegurar o financiamento do esquema.

O Estado de São Paulo ficou firme em sua posição e finalmente conseguiu a ajuda de um grupo de importadores de café para sustentar seu esquema de valorização. Eles concordaram em subscrever um grande empréstimo, mas somente após setembro de 1906, quando estimativas confiáveis previam uma pequena colheita para 1907. Por volta de junho de 1907 os gestores da valorização puderam assim anunciar que, havendo comprado um excedente de 8 milhões de sacas e efetivamente evitado uma ampla queda dos preços, eles estavam finalizando sua intervenção no mercado.

Esta ousada ação dos interesses cafeeiros não havia ainda sido um sucesso total. São Paulo teria agora que carregar esses estoques durante algum tempo, antes que pudesse começar a vendê-los sem provocar um efeito danoso sobre os preços, e teria assim que encontrar uma maneira de financiar os custos enormes de estocagem e de juros associados ao plano.

Mas tendo provado seu ponto, que os preços do café podiam ser defendidos através da intervenção no mercado, o governo de São Paulo conseguiu, em outubro de 1907, obter do governo federal as garantias para um

Ao lado, charge de JR Lobão para a capa de O Malho que satiriza a assinatura do Convênio de Taubaté por Francisco Tibiriçá, Nilo Peçanha e Francisco Salles, Presidentes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que aparecem em primeiro plano.

Diálogo*

Fazendeiro (ao fundo) — Eu não creio que aqueles homens me queiram salvar... E você?

Zé Povo — Se tu não acreditas, muito menos eu! Aquilo é um arranjo para meia dúzia de guellas. O Tibiriçá está ensaiando os compadres para o grande conto do vigário! Ora ouça!

Nilo e Chico Salles — Mas, com todos os diabos! Se as nossas opiniões não valem nada, nós estamos aqui para quê?

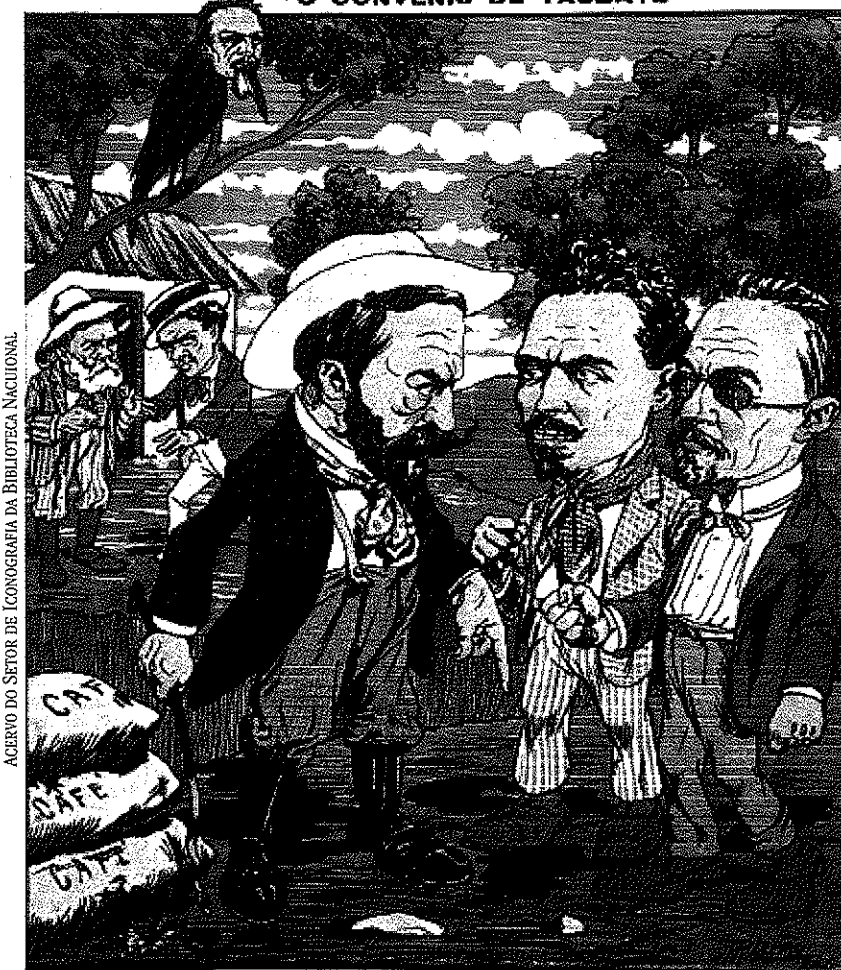
Tibiriçá — Vocês estão aqui para entoar o câro do quero-quero! Sim, porque eu quero valorizar o café! Quero o empréstimo de 180 mil contos! Quero pôr em prática a idéa do Candido Rodrigues!

Candido Rodrigues (ave agoureira) — Venha a nós! Venha a nós! Venha a nós!...

* Nas reproduções dos diálogos foram conservadas as grafias originais encontradas em O Malho

O MALHO

O CONVENIO DE TAUBATE'



Fazendeiro (ao fundo). — Eu não creio que aqueles homens me queiram salvar... E você?
Zé Povo. — Se tu não acreditas, muito menos eu! Aquilo é um arranjo para meia dúzia de guellas. O Tibiriçá está ensaiando os compadres para o grande conto do vigário! Ora ouça!
Nilo e Chico Salles. — Mas, com todos os diabos! Se as nossas opiniões não valem nada, nós estamos aqui para quê?
Tibiriçá. — Vocês estão aqui para entoar o câro do quero-quero! Sim, porque eu quero valorizar o café! Quero o empréstimo de 180 mil contos! Quero pôr em prática a idéa do Candido Rodrigues!
Candido Rodrigues (ave agoureira). — Venha a nós! Venha a nós! Venha a nós!...

ANO V RIO DE JANEIRO, 10 DE MARÇO DE 1906 N. 182

O MALHO

ENSAIANDO OS PRIMEIROS PASSOS



P. Machado. — Dandá pa ganhá tem tem! Dandá pa fazê bonito! Vocês deram-me grande massada e vejam lá o que vão fazer agora! Não façam pipi na roupa nova! A. Penna e Nilo. — Papá tá co' medo? Nós temo juízo em penca!... Lamounier, Ataulpho e Pifer. — Tão bonitinhos! Tão graciosos! (em côro) — Ai, que lindos! ai, que lindos! ai, que lindos bonequinhos, bonequinhos!

Escreptorio e Redação, Rua do Ouvidor, 132 Numero Azulso 300 rs.

ACERVO DO SETOR DE ICONOGRAFIA DA BIBLIOTECA NACIONAL

empréstimo externo de 3 milhões de libras esterlinas para financiar sua parcela de 20 por cento no esquema de sustentação previamente acordado com o grupo de importadores de café. Finalmente, em outubro de 1908, o Congresso Nacional aprovou a solicitação de São Paulo para uma garantia federal para um empréstimo de consolidação de longo prazo para o valor integral da operação (15 milhões de libras esterlinas), conforme anteriormente negociado com um consórcio de grandes bancos estrangeiros.

O consórcio dos bancos estava naturalmente muito interessado em proteger o valor de seu colateral. Em consequência, através de uma condição imposta pelos banqueiros, os brasileiros perderam controle sobre o manejo das vendas do café estocado e um comitê internacional baseado em Londres foi formado para planejar a liquidação ordenada dos estoques. Ademais, limites anuais foram impostos sobre as exportações brasileiras de café, em volumes que eram menores do que a produção paulista. Finalmente, as restrições às novas plantações de café em São Paulo foram, ao menos nominalmente, renovadas por mais cinco anos.

Felizmente para todas as partes envolvidas, a economia mundial entrou num período de bonança que durou de 1909 a 1912, enquanto que as colheitas brasileiras subsequentes não foram geralmente muito grandes. Assim, o comitê londrino pôde ganhar controle sobre o mercado e impulsionar os preços para cima até o final de 1912, quando, sob pressão do promotor público dos EUA, foi forçado a anunciar a venda de todo seu estoque novaiorquino.

Capa da edição de O Malho de 10.03.06, evidenciando a influência de Pinheiro Machado nas articulações políticas que culminaram na eleição da chapa de Afonso Penna-Nilo Peçanha para a sucessão de Rodrigues Alves na Presidência da República.

Diálogo:

Pinheiro Machado — Dandá pa ganhá tem-tem! Dandá pa fazê bonito! Vocês deram-me grande massada e vejam lá o que vão fazer agora! Não façam pipi na roupa nova!

A. Penna e Nilo — Papá tá co' medo? Nós temo juízo em penca!...

Lamounier, Ataulpho e Pifer — Tão bonitinhos! Tão graciosos! (em côro) — Ai, que lindos! ai, que lindos! ai, que lindos bonequinhos, bonequinhos!



R. Alves (monologando) — Ser ou não ser... paulista — eis a questão! Si aprovo o Convenio de Taubaté viro contra a mim o fuinha do Bulhões, e cai-me o Custodio do Banco em cima, que me esborracha! Ser ou não ser... barrado — ecco il problema! Si não aprovo o Convenio, a gente de S. Paulo faz vir o mundo abaixo e eu serei sacrificado entre os escombros... do Cattete! Aqui só há um caminho seguro: é dizer aos paulistas que tratem já de ir valorizando o café pela propaganda, e atrair o maior de espadas, o empréstimo, às costas do Congresso. Assim, nem aprovo, nem deixo de aprovar; acendo uma vela a Deus, outra ao Diabo! Terei dado no vinte? That is the question. Tarsila, Glycério, Candido Rodrigues e Lacerda Franco (murmurando perplexos) — O homem fala em queijos... será uma ameaça aos nossos? Será uma submissão dos delle? Aqui não há fum-fum, nem folle de ferreiro: ou aprova ou vê boia! Ou dente ou queixo!

"Au clair de la lune... Em Petrópolis". Com este título a charge acima mostra como Rodrigues Alves (em primeiro plano) tentava engendrar uma obra de esperteza política para ficar bem com os setores dirigentes de São Paulo e lançar a responsabilidade pela aprovação do empréstimo pleiteado pelos cafeicultores nas costas dos parlamentares.

Diálogo:

R. Alves (monologando) — Ser ou não ser... paulista — eis a questão! Si aprovo o Convenio de Taubaté viro contra mim o fuinha do Bulhões, e cai-me o Custodio do Banco em cima, que me esborracha! Ser ou não ser... barrado — ecco il problema! Si não aprovo o Convenio, a gente de S. Paulo faz vir o mundo abaixo e eu serei sacrificado entre os escombros... do Cattete! Aqui só há um caminho seguro: é dizer aos paulistas que tratem já de ir valorizando o café pela propaganda, e atrair o maior de espadas, o empréstimo, às costas do Congresso. Assim, nem aprovo, nem deixo de aprovar; acendo uma vela a Deus, outra ao Diabo! Terei dado no vinte? That is the question

Tarsila, Glycério, Candido Rodrigues e Lacerda Franco (murmurando perplexos) — O homem fala em queijos... será uma ameaça aos nossos? Será uma submissão dos delle? Aqui não há fum-fum, nem folle de ferreiro: ou aprova ou vê boia! Ou dente ou queixo!

SEGUNDA VALORIZAÇÃO

Em seguida à venda do estoque de valorização de Nova Iorque, a longa alta dos preços do café esgotou-se e a desorganização do mercado causada pela Primeira Guerra acentuou o declínio dos preços. A situação se tornou mais complicada pela antecipação de uma grande safra em 1917, que forçou o governo federal, sob a pressão de São Paulo, a aceitar o financiamento inflacionário de novas compras de café e de operações de redesconto.

Esta segunda operação de valorização do governo de São Paulo resultou ser extremamente bem sucedida, não somente pelo súbito fim da guerra, mas principalmente por geadas de gravidade sem precedente no final de junho de 1918, que afetaram diversos distritos produtores do Estado de São Paulo. Numa questão de horas centenas de milhões de cafeeiros foram ou inteiramente destruídos ou severamente castigados, justo quando a colheita da safra de 1918 tinha apenas começado. A perspectiva de um excedente de café foi subitamente revertida e quando as expectativas de um próximo fim da guerra cresceram e foram confirmadas, a corrida dos importadores para repor seus estoques levaram os preços à vista dos Santos 4 de 11 centavos de dólar por libra-peso para mais do que 22 centavos em dezembro de 1918.

O sucesso da valorização de 1917 fez aumentarem as pressões dos interesses cafeeiros para obter ajuda financeira do governo federal para organizar a sustentação de preços numa base mais permanente. Os deputados de São Paulo no Congresso Nacional denunciaram as fortes perdas que as flutuações de curto prazo da demanda recorrentemente infligiam à indústria e os amplos lucros especulativos que os importadores faziam, dada a estabilidade muito maior dos preços do café torrado nos centros consumidores; criticaram o comportamento das principais casas exportadoras controladas por estrangeiros, e demandaram a criação de um esquema permanente para regular a oferta externa do produto.²⁰

²⁰ Para maiores detalhes, veja-se Reis (1979: 164-216) e Fritsch (1988: 58-9).

TERCEIRA VALORIZAÇÃO

Quando os preços desabaram em 1920, em consequência da recessão mundial, o governo de São Paulo imediatamente veio em socorro da indústria, pois, depois do inegável sucesso da valorização de 1917, não mais havia uma só voz no estado para negar a sabedoria dos esquemas de sustentação de preços, particularmente quando a crise era percebida como sendo o resultado de condições de demanda temporariamente anormais.

Quando, no começo de 1921, os preços do café atingiram novos recordes de baixa, o governo federal veio ajudar a resgatar as operações de valorização do Estado de São Paulo. Fritsch (1988: 62) argúi que não pode haver dúvidas que a decisão do governo federal, de sustentar os preços do café em março de 1921, foi tomada com base na política cambial. Nas palavras do então presidente Epitácio Pessoa (1919-22), ele próprio um convertido recente às virtudes da política de defesa do café:

O café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, o produto que mais ouro fornece à solução dos nossos compromissos no estrangeiro. A defesa do valor do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil.²¹

É interessante notar que, para o presidente da República, o café era importante porque provia "ouro para o cumprimento de nossas obrigações externas", o que estabelece o ponto que, para o governo federal, a consideração relevante era manter seu acesso aos mercados financeiros internacionais — o que era de fato a variável crítica para garantir sua capacidade de gasto.

Além disso, a decisão de valorização de março de 1921 não continha qualquer compromisso explícito de proteger permanentemente os preços do café, como queria São Paulo. O que implicava era a aceitação de uma substancial expansão do crédito doméstico; a qual, somente um ano depois, quando as estimativas de uma pequena safra para 1922 tornaram-se disponíveis, pôde ser compensada por créditos estrangeiros de curto prazo obtidos em

²¹ *Apud* Fritsch (1988: 63), de uma mensagem especial do presidente da República para o Congresso Nacional em outubro de 1921.

Londres. Estes foram eventualmente convertidos num empréstimo de longo prazo, no valor de 9 milhões de libras esterlinas, garantidas pelas 4,5 milhões de sacas então em mãos do governo brasileiro.

Como ocorreu em 1908, o empréstimo foi feito sob a condição de se entregar o controle das vendas dos estoques da valorização a um comitê de cinco membros baseado em Londres, no qual o governo brasileiro teria apenas um representante. Ademais, o governo concordou em "empregar seus bons ofícios para evitar a criação de um novo plano de valorização do café" durante o período do empréstimo. A decisão do governo federal de colocar o futuro da indústria do café em mãos estrangeiras e dar-lhes o monopólio das vendas dos amplos estoques de valorização provocou a ira dos comerciantes e exportadores no Brasil.

Felizmente, os estoques de café desta nova operação de valorização puderam ser vendidos num período relativamente curto de tempo, o que liberou o governo brasileiro, em 1923, para definir sua nova política de estabilização dos preços do café.

VALORIZAÇÃO PERMANENTE:
ESQUEMA DE RETENÇÃO

O novo esquema de comercialização foi desenhado para minimizar os custos do governo com a política de defesa. Introduziu uma inovação básica com relação ao método usual de controle de preços através da intervenção direta no mercado: o controle de preços agora seria efetuado pela regulação da quantidade de café fluindo das áreas de produção para os principais portos de embarque, em Santos e no Rio. A retenção da colheita no interior e o controle das entradas nos portos deveriam ser garantidos pela construção de armazéns públicos especiais nas principais junções ferroviárias, para os quais todo o café produzido devia ser enviado pelos produtores para serem liberados em quantidades definidas pelo governo federal, de acordo com um esquema em que o primeiro a entrar seria o primeiro a sair.

O novo esquema diferia radicalmente das valorizações prévias porque o governo agora não assumia qualquer responsabilidade pela compra do café entregue pelos produtores aos armazéns reguladores oficiais. O preço

recebido pelos produtores pela venda efetiva de seus cafés era o preço vigente no terminal de Santos no dia da venda. Contudo, o preço recebido pelo café depositado nos armazéns da defesa, ie, o valor que os comissários imputavam ao café dos fazendeiros com o propósito de lhes fazer adiantamentos em dinheiro era determinado pela avaliação do sistema financeiro sobre quais preços iriam vigorar na ocasião em que o café fosse liberado para venda. O costume era que, se não se esperasse queda dos preços, os comissários adiantariam aos fazendeiros 60 por cento dos preços vigentes em Santos. Mas agora era o produtor, como o detentor em última instância dos estoques, que correria os riscos das operações e obteria os benefícios delas resultantes. Dado o otimismo prevalecente sobre a eficácia do controle artificial de preços, em seguida ao sucesso das valorizações anteriores, esta era uma perspectiva que agradava aos interesses privados do comércio do café.

A questão crucial era como financiar as necessidades de caixa dos produtores durante o período de retenção dos estoques. Uma solução seria usar os poderes de emissão do Banco do Brasil para sustentar o sistema bancário privado, através de operações de redesconto de seus títulos cafeeiros, e isso poderia ser feito através de uma decisão discricionária do Executivo. O problema com a expansão do crédito doméstico era sua consequência deletéria para a estabilidade do mercado cambial, preocupação maior do governo federal. Por isso, o governo brasileiro eventualmente aproximou-se da Casa Rothschild para tentar obter um empréstimo de 25 milhões de libras esterlinas, para "liquidar a dívida flutuante e colocar as finanças brasileiras em ordem". Esta foi a origem da Missão de Montagu, enviada pelos bancos ao Brasil em 1923, para estabelecer as condicionalidades de política econômica para esta substancial operação de empréstimo.

Montagu era muito crítico dos esquemas de valorização, apontando entre outros para seus efeitos negativos de encorajamento da concorrência estrangeira e de excesso de plantio no Brasil. Esses temores foram desprezados pelas autoridades brasileiras, refletindo uma opinião amplamente compartilhada naquele tempo, de que havia estreitos limites físicos para a expansão da produção de café, particularmente no estrangeiro. Nas palavras de Roberto Simonsen (1973: 244), proeminente industrial e comerciante de café brasileiro, para uma audiência britânica, no final da década de 1920:

O tempo tem provado que as plantações na Ásia e África não podem ser grandemente desenvolvidas, devido a doenças e outras condições des-

favoráveis e que as plantações na Colômbia e América Central são limitadas pela pequena quantidade de terras apropriadas para a cultura do café e por outras circunstâncias econômicas. Em nenhum país estrangeiro se pode cultivar o café com caráter tão industrial como no Brasil.

Apesar de Montagu ter finalmente se satisfeito com as promessas feitas pelas autoridades brasileiras, sobre o papel limitado que o governo federal estava planejando ter no controle dos preços do café, o proposto empréstimo para o café nunca se materializou. Entretanto, o governo federal decidiu transferir toda a responsabilidade pelo financiamento e controle da valorização do café para o Estado de São Paulo, através do Instituto Paulista para a Defesa Permanente do Café, criado em 1924.

VALORIZAÇÃO PERMANENTE: INSTITUTO PAULISTA

No começo de suas operações, não dispondo de financiamento adequado, o instituto, numa atitude que gerou queixas profundas do comércio do café, teve que depender fortemente da regulação diária estrita das entradas nos portos, mantendo os estoques disponíveis no mercado em níveis muito baixos. As dificuldades domésticas de crédito estavam, não obstante, forçando os produtores a vender seu café no mercado aberto, e a situação somente se pôde manejar porque não afetou uma parte substancial dos produtores, em vista da colheita relativamente pequena de 1924-25.

A colocação de um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas em Londres no começo de 1926 foi um ponto de virada na história do instituto. Ele não só permitiu resolver o problema crucial de como financiar suas operações, mas foi também extremamente importante para fortalecer a posição do governo do Estado de São Paulo no manejo do instituto. Isto porque os banqueiros londrinos deram o empréstimo sob a condição de ele ser garantido pelo governo de São Paulo, assim o fortalecendo sobremaneira na disputa entre os membros do governo e os representantes dos produtores e dos comissários no conselho do instituto. Poucos dias antes de o empréstimo ser assinado, o instituto foi redenominado Instituto Paulista do Café, e sua diretoria ficou totalmente sujeita ao secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, que seria agora o presidente do instituto.

Conjuntamente com o governo do estado, o instituto adquiriu controle de um banco, redenominado Banco do Estado de São Paulo, destinado a manejar as operações financeiras do instituto, emprestando os recursos do empréstimo estrangeiro com garantia dos documentos de depósito emitidos pelos armazéns oficiais (que foram também comprados pelo instituto) contra a entrega, pelos produtores, de seu café.

O grande poderio financeiro de que o instituto estava agora dotado permitiu-lhe em 1926 abandonar sua prática anterior de regulação arbitrária diária da quantidade de café que podia fluir dos reguladores para Santos, e adotar um sistema menos perturbador de embarques diários regulares, baseados na quantidade exportada no mês precedente, de modo a manter o estoque visível em Santos mais ou menos em linha com os requisitos da demanda.

Quase ao mesmo tempo em que o instituto capacitava-se para estabelecer-se financeiramente, o mercado foi perturbado pela previsão de uma safra de tamanho excepcional para 1927 a qual, quando de fato se materializou, estabeleceu um recorde histórico, 30 por cento acima do recorde anterior, de 1906.

Em resposta, o instituto tratou de proteger-se de duas formas. Primeiro, negociando um novo empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas com seus banqueiros londrinos, de modo a não só poder financiar a retenção de uma colheita muito maior, mas também permitir uma extensão dos adiantamentos de caixa aos fazendeiros por um período muito mais longo, durante o qual seus cafés deveriam ser retidos no interior. Segundo, convencendo os outros estados produtores a adotar a nova política do instituto de liberação parcimoniosa da colheita para os portos.

O sucesso dessas políticas assegurou que, no final de 1927, as organizações com as quais a defesa do café seria executada no futuro previsível estivessem firmemente estabelecidas e que suas perspectivas parecessem muito promissoras.

O instituto deste modo manejou o financiamento da excepcional colheita de 1927 em termos muito favoráveis para os cafeicultores, o mesmo acontecendo com a pequena colheita de 1928. A política do instituto de manter os preços elevados foi fortemente criticada por Pelaez (1973: 209) como sendo totalmente irresponsável, mas Fritsch (1988: 135) considera importante lembrar que o Instituto do Café era agora uma instituição dirigida pelos políticos paulistas, e argúi que não deve ter sido fácil tomar a decisão de

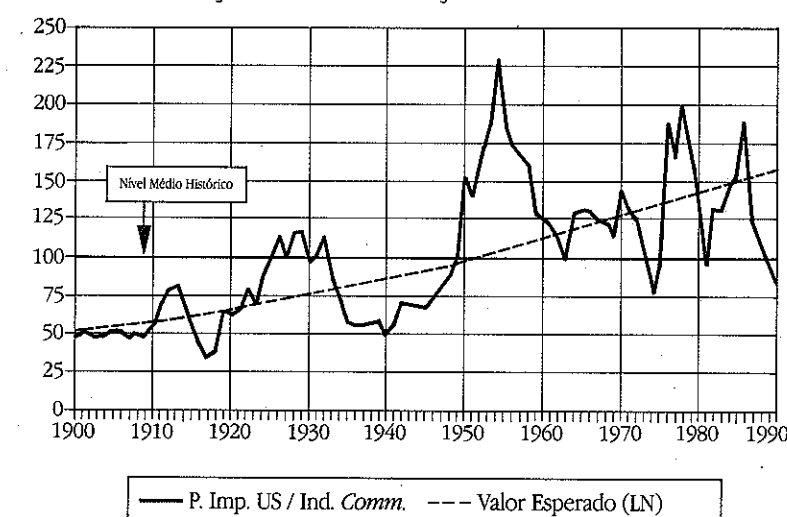
estabilizar os preços, a partir do segundo trimestre de 1928, num nível que era ainda 21 por cento menor do que a defesa federal o havia deixado, numa época em que as perspectivas de uma menor colheita advertiam que os custos unitários iam aumentar.

É neste ponto útil introduzir uma observação de Delfim Netto (1959: 66) de que a diferença fundamental entre os esforços prévios de valorização e a defesa permanente paulista foi o fato de aqueles serem executados por agentes de mercado interessados em maximizar o valor de seus estoques, enquanto que na defesa paulista "o problema econômico estaria sujeito aos interesses políticos do governo, e isto representou uma das mais poderosas forças levando o sistema a sua própria ruína".

A julgar pelas descrições históricas e pelo comportamento, seja dos preços reais do café no Gráfico 7, seja dos preços do café em relação às demais *commodities* (exceto petróleo) no Gráfico 10, pode arguir-se que as primeiras valorizações foram meramente operações de estabilização de preços através do manejo de regras ótimas de formação de estoques, pois elas foram feitas com preços relativos em níveis inferiores a sua média histórica de longo prazo.

GRÁFICO 10

Preço do Café vs. Preço de *Commodities*



O mesmo, contudo, não se pode dizer da defesa paulista a partir de 1924, pois ela sustentou os preços acima de sua média histórica, e assim pode ser acoimada de haver incluído um elemento de exploração monopolista, a qual, na ausência de controle da oferta, tenderia a causar uma superprodução.

VALORIZAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL

Em sua tese, Delfim Netto (1979: 185-90) declara que a valorização permanente paulista atrasou o desenvolvimento industrial do país, porque fatores de produção que de outro modo teriam sido liberados do setor café foram lá retidos como consequência dos lucros excedentes provindos das políticas de valorização. Ele assevera ademais que as "perdas de eficiência" provocadas por tal má alocação de recursos têm que ser medidas contra os "ganhos de relações de troca" das políticas de valorização, e que os resultados líquidos, de um ponto de vista social, não teriam sido necessariamente positivos.

A crítica de Delfim Netto se coloca em forte contraste com a avaliação de Fritsch (1988: 163) para quem a valorização permanente paulista foi "uma política de estabilização claramente necessária e no tempo correto... [e que] exerceu uma benéfica influência estabilizadora evitando maiores desequilíbrios externos que teriam uma consequência danosa sobre o desempenho econômico nacional". Fritsch (1988: 254) até mesmo consegue produzir uma citação do próprio Keynes, em seu *Treatise on Money*, assegurando que "a valorização do café do governo brasileiro... trazida à luz pelas dificuldades do pós-guerra e a recessão de 1920-21 foi plenamente justificada".

O problema de superprodução mencionado por Delfim Netto emerge porque os benefícios da valorização (entendida como o exercício do poder de monopólio do país no mercado mundial de café) foram repassados para os produtores domésticos atuando em regime de concorrência, induzindo-os assim a sobreexpandir o cultivo do café muito além do ponto em que seu produto era valioso de um ponto de vista social²². Isto leva Delfim Netto

²² O Anexo 1 apresenta um desenvolvimento analítico da crítica de Delfim Netto à valorização paulista.

(1979: 242) à conclusão que "o custo social da defesa do café foi muito superior ao que geralmente se estima, pois manteve no mercado os produtores menos eficientes e gerou inicialmente condições muito desfavoráveis ao desenvolvimento industrial".²³

De que forma os argumentos de Fritsch e Keynes em favor da defesa paulista se relacionam com essa crítica aparentemente devastadora?

A primeira observação é que tanto Fritsch como Keynes estão falando sobre os benefícios da estabilização dos preços dos produtos primários, não sobre os da valorização propriamente dita.²⁴ Num caso, o propósito é manter os preços no nível de suas médias de longo prazo, o que, em teoria²⁵, não deveria provocar ciclos, seja de excesso ou escassez de produção. No outro caso, o que se propõe é fixar preços acima de sua média concorrencial de longo prazo.

Se a evidência sobre os preços reais do café no Gráfico 7 é aceita, a defesa paulista pode de fato ser classificada como uma política bem sucedida de estabilização — porque os preços reais em dólares do café nos meados da década de 1920 foram bastante estáveis — mas também foi uma política de valorização — porque os preços foram estabilizados em níveis acima de sua média de longo prazo. Este é um ponto a favor de Delfim Netto, ainda que ele deixe de enfatizar os benefícios sociais da estabilização propiciada pela defesa paulista.

O segundo ponto é que Delfim Netto é cuidadoso o suficiente para apontar que sua análise somente tem validade em condições de pleno emprego, mas ele então deixa de indicar que as importações eram essenciais para a vida econômica do país e mais ainda para seu crescimento econômico. Como

²³ Delfim Netto (1979: 242) prossegue dizendo que "posteriormente, a disparidade criada entre as taxas cambiais de exportação e de importação impediram uma distribuição eficiente dos fatores de produção, o que tende a compensar os ganhos obtidos nas relações de troca". Este raciocínio, se aplicado somente às exportações de café, é incorreto, porque a apropriada exploração dos lucros de monopólio requer que se separem os preços cobrados dos importadores daqueles pagos aos produtores domésticos. Isto é exatamente o que uma taxa de câmbio diferencial para as exportações de café faz. O problema da má alocação somente emerge se a taxa de câmbio do café é estendida a outras exportações, cuja demanda externa é altamente elástica ao preço (o que de fato ocorreu no período de 1946 a 1952).

²⁴ Para Fritsch (1980: 163), a posição quase monopolista do Brasil no mercado mundial de café meramente "simplificava a implantação da política [de estabilização de preços]."

²⁵ A teoria é na verdade que os preços devam ser estabilizados num valor inferior à média pré-estabilizada a fim de não provocar uma superprodução. Veja-se Newbery and Stiglitz (1981), Ghosh, Gilbert and Hughes-Hallett (1987).

as importações eram fortemente dependentes do poder de compra das exportações de café, segue-se que não se pode querer definir o valor social em ocupações industriais dos fatores de produção empregados na produção de café, sem antes conhecer o poder de compra das exportações de café. Presumivelmente, aquele valor social é positivamente relacionado a esse poder de compra, porque, quanto mais volumosos forem as importações complementares aos insumos domésticos, mais produtivos serão esses na produção de bens industriais. Neste sentido, a defesa do café é, até um certo ponto, a defesa da indústria, porque garante para esta as importações essenciais a seu desenvolvimento. E este é um ponto contra a crítica de Delfim Netto.

Este é o ponto limite de nossas considerações sobre a controvérsia sobre os custos sociais da defesa paulista. Uma avaliação mais conclusiva iria requerer a formulação de um modelo para a economia brasileira no período e sua estimação empírica, o que está infelizmente além dos limites desta monografia.

DERROTA DA DEFESA PAULISTA

A fim de entender a derrota da defesa paulista do café no final de 1929, Fritsch (1988: 137) aponta para as características especiais do mecanismo de financiamento do café depois que o sistema completo de retenção no interior foi montado. A regra segundo a qual a primeira saca a chegar seria a primeira a sair, adotada no manejo dos estoques nos armazéns, significou que os fazendeiros iriam agora receber a receita total das vendas de sua colheitas distribuída por um período muito mais longo do que antes. Eles agora precisariam de um volume maior de financiamento, e a restrição fundamental à capacidade do setor privado em financiar o comércio do café era a disposição do sistema bancário de continuar fazendo adiantamentos contra os certificados de depósito do café, sem saber direito quanto tempo levaria para eles serem liquidados. Por isto, tornou-se necessário construir um aparato de suporte financeiro do instituto, com o Banco do Estado de São Paulo atuando como prestador de última instância aos bancos comerciais que operavam no mercado para empréstimos garantidos pelos certificados de depósito do café.

Fritsch indica que o tamanho do hiato de financiamento que o instituto deveria em última instância cobrir era diretamente dependente de três fatores fora de seu controle. O primeiro era, naturalmente, o tamanho da safra. O segundo era o estado da demanda mundial, o qual, dada a política de regulação automática da entrada nos portos, afetava as necessidades de financiamento da mesma forma que as variações na safra. A terceira era o estado das condições domésticas de crédito, que afetavam os requisitos de financiamento do instituto através de seu efeito sobre a capacidade do sistema bancário privado de preencher sua parte no processo.

Sob o regime do padrão ouro, ao qual o Brasil havia aderido em 1926, o crédito doméstico dependia em última análise do nível das reservas em ouro do sistema bancário, e assim podia ser severamente afetado por condições internacionais mutantes, que determinavam o nível dos preços do café e a propensão dos centros financeiros mundiais a emprestar ao país.

O período de setembro de 1928 a outubro de 1929 testemunharia uma deterioração progressiva da capacidade das autoridades paulistas de manterem suas políticas. O primeiro choque veio da natureza. Contrariamente à opinião dos especialistas, que sustentava que colheitas boas eram seguidas por alguns anos de produtividade baixa ou média, a florada de setembro de 1928 foi excepcional, e a opinião geral era que, a menos que houvesse geadas ou secas, a colheita de 1929 seria muito grande, comparável com o recorde de 1927.

As causas para o significativo aumento dos níveis de produtividade, que explicam o aumento de produção em 1927 e 1929, devem ser encontradas numa combinação de condições climáticas extremamente favoráveis com a mudança da distribuição etária do estoque de pés de café no Brasil, em consequência das novas plantações que haviam sido feitas até meados da década de 1920.

Fritsch (1988: 144) discorda da afirmação de Villela e Suzigan (1973: 147), baseada em Pelaez (1971), de que a ruptura do mercado do café ocorrida em outubro de 1929 foi somente devida à superprodução induzida pelas operações da política de defesa dos preços do café. Ele afirma que essa posição é "profundamente simplista" porque desconsidera mudanças cruciais nas condições de crédito que ocorreram neste ano, tanto no Brasil quanto nos mercados de capitais internacionais, bem como decisões críticas de política

tomadas pelas autoridades federais, que afetaram drasticamente a factibilidade financeira do esquema de suporte dos preços.

De fato, a sustentação da política de defesa do café era totalmente dependente de o instituto obter financiamento adicional para carregar os estoques acrescidos. Contudo, em meados de 1929, a tensão estava crescendo em Londres com a fraqueza da libra esterlina, a qual seriamente afetava a disposição dos bancos ingleses de continuar emprestando ao instituto. Tentar conseguir acomodação em Nova Iorque era inútil, porque o presidente Hoover, apesar de sua recente visita ao país, continuava mantendo sua posição contrária ao financiamento dos esquemas brasileiros de valorização do café.

Domesticamente, o Banco do Brasil também provou ser de pouca ajuda, porque o presidente Washington Luís entendeu que expandir o crédito para o Instituto do Café iria prejudicar seu objetivo fundamental de manter intocado o padrão ouro, que ele havia reintroduzido em 1926.

Uma controvérsia emergiu porque, se o crédito doméstico não fosse expandido, mais café teria que ser liberado para os mercados externos, a menores preços, e isto em si mesmo deveria exercer uma pressão baixista no mercado cambial. Este foi na verdade do ponto fortemente expresso por Rolim Teles, presidente do Instituto Paulista, que afirmou que:

Fazendo a baixa do preço, não vendemos mais café; se o vendêssemos, obtendo assim a mesma quantidade de ouro e ganhando pela quantidade vendida o que perdemos em valor, seria razoável a baixa, mas, ao contrário, desinteressando-nos do valor do café, perdemos o nosso ouro; baixando o preço do café, baixamos o valor representativo de nossa riqueza²⁶.

O argumento contra a manutenção da política de defesa dos preços do café foi aparentemente proposto pelo presidente Washington Luís não na forma eventualmente correta de que a expansão do crédito doméstico necessária para essa sustentação teria conseqüências negativas para o mercado cambial, mas sim em termos de um efeito supostamente positivo de preços mais baixos para as receitas cambiais. Delfim Netto (1979: 99), argüindo que o próprio presidente da República já havia seguidas vezes demonstrado firmemente crer na inelasticidade de curto prazo da demanda por café brasileiro, diz que somente pode compreender essa reversão de posição como "um ato de puro desespero".

²⁶ Reproduzido de Delfim Netto (1979: 93).

Sem embargo, podemos talvez entender a postura do presidente em termos de uma aplicação direta do enfoque monetário do balanço de pagamentos, que diz haver uma relação negativa de um para um entre uma expansão do crédito doméstico e as perdas de reservas cambiais. Isto é estritamente aplicável somente no caso de países pequenos sem poder monopólico nos mercados internacionais, mas um resultado similar pode ser obtido em modelos teóricos relevantes para o caso brasileiro.²⁷

Fritsch (1988: 149-53) reitera o adendo político de Delfim Netto (1979: 99) a esta discussão, observando que, nesta crítica junção, a sorte do programa de defesa do café foi afetada pela quebra da aliança entre São Paulo e Minas Gerais, a qual havia garantido o equilíbrio político para a alternância de chefes de governo entre estes dois estados nos dois períodos presidenciais anteriores.

A ajuda financeira ampla para o café estava fora de questão por causa de seus efeitos sobre o mercado cambial, mas, conforme indica Fritsch, qualquer forma de apoio que habilitasse o instituto a sustentar preços seria agora politicamente perigosa, face à ruptura da aliança política regional.

Assim que vazou a notícia da posição federal de não sustentação do Instituto Paulista, a expectativa de uma queda de preços levou a uma corrida dos detentores de títulos de café ao banco do instituto. Em setembro de 1929 as operações de redesconto do banco foram suspensas. Em 11 de outubro, Teles renunciou à Secretaria da Fazenda de São Paulo e, conseqüentemente, à presidência do Instituto Paulista, o que significou que chegara ao fim a resistência paulista às diretivas do governo federal.

Os preços imediatamente desabaram na Bolsa de Café de Santos, caindo ao limite máximo estatutário por diversos dias até que, em 29 de outubro, as bolsas de café de Santos e do Rio foram fechadas, enquanto representantes do comércio do café voltaram a colocar o problema para as autoridades federais. No final do ano, quando a queda foi finalmente detida, os preços estavam um terço abaixo de seus níveis anteriores.

²⁷ Por exemplo, usando um modelo keynesiano macroeconômico, com preços rígidos e uma demanda externa por exportação inelástica ao preço, e em que os fluxos de capital são exógenos e os efeitos-renda prevalecentes, Cardoso (1987: 17-28) mostra que compras de café financiadas com expansão de crédito doméstico são expansionistas e causam uma depreciação cambial, o que está de acordo com a posição do presidente Washington Luís.

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA

NÃO É SATISFATORIA A SITUAÇÃO DA POLÍTICA INTERNA DA ALEMANHA

Preocupam-se os debates em torno da reforma financeira

Prevê-se, desde já, a violação do ataque que sofrerá o plano de reforma, sugerido pelo sr. Hilferding, ao ser discutido em sessão plenária do "Reichstag"

(EXTRATO PARA O "ESTADO DE S. PAULO")

O MERCADO DE CAFÉ DE NOVA YORK FECHOU COM BAIXA DE 85 PONTOS

A BOLSA DAQUELA CIDADE ESTARÁ FECHADA DURANTE ESTES TRÊS DIAS

COMENTÁRIOS DO "JOURNAL OF COMMERCE" A SITUAÇÃO DO CAFÉ BRASILEIRO

DE NOVA YORK, 30 (A. J.) — O mercado de café de Nova York fechou com uma baixa de 85 pontos, a maior desde 1929. A queda foi atribuída à notícia de que o Banco do Brasil iria começar a resgatar os certificados de depósito do café nos armazéns a uma taxa um terço inferior ao preço mínimo previamente garantido pelo Instituto Paulista. Quando o comércio reabriu em novembro, o instituto conseguiu manter os preços estáveis num nível menos desvalorizado que esse, tendo a intervenção do Banco do Brasil sem dúvida sido, segundo Fritsch (1988: 155), instrumental "em ajudar a evitar uma crise de proporções inimagináveis".

Aspecto da primeira página da edição de O Estado de São Paulo de 31.10.92, em que ficam evidentes, pela manchete do canto superior direito, os ecos da quebra da Bolsa de Nova York, uma semana antes, no mercado de café.

A SITUAÇÃO DO CAFÉ

OS DISCURSOS DOS SRS VILLABOIM E MAURICIO DE MEDEIROS NA CAMARA FEDERAL A AUDIENCIA DO SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA AOS MEMBROS DA ASSOCIACAO COMMERCIAL DE SANTOS REUNIAO DA LIGA AGRICOLA BRASILEIRA EM S. PAULO — UM CONGRESSO DE LAVRADORES, COMMERCIANTES E INTERESSADOS PARA ESTUDO DAS PROVIDENCIAS NECESSARIAS AO COMBATE A CRISE

A PRACA DO RIO EM FACE DA SITUAÇÃO — REPERCUSSÃO NOS ESTADOS

DE DEBATES NA CAMARA DOS DEPUTADOS

Discursos de Srs. Villaboim e Mauricio de Medeiros

Reuniao da Liga Agricola Brasileira em S. Paulo

Um Congresso de Lavradores, Comerciantes e Interessados para estudo das providencias necessarias ao combate a crise

A praca do Rio em face da situacao

Repercussao nos Estados

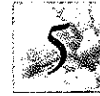
Fac-símile de uma página de O Estado de São Paulo, mostrando a grande movimentação política no Brasil para tentar minimizar os efeitos da crise financeira internacional sobre as cotações do café

O colapso dos preços do café em outubro de 1929 causado pela deserção do governo federal haveria de afetar seriamente a indústria do café e a posição do balanço de pagamentos do país. Por volta do fim do ano, a contração da renda iria acelerar-se na maior parte dos países consumidores e afetar a demanda de café por muitos meses à frente. Essas circunstâncias adversas fizeram do café uma das piores vítimas da queda generalizada de preços de alimentos e matérias-primas nos estágios iniciais da Grande Depressão, conforme se visualiza no Gráfico 10. Vindo adicionar-se às condições domésticas extremamente deprimidas já prevalecentes, os problemas cumulativos do café e do câmbio iriam deslanchar uma crise de magnitudes sem precedentes em 1930.

O efeito imediato do colapso dos preços do café foi fazer com que se detivesse todo sistema doméstico de financiamento do produto. Finalmente, ficou decidido que o Banco do Brasil iria começar a resgatar os certificados de depósito do café nos armazéns a uma taxa um terço inferior ao preço mínimo previamente garantido pelo Instituto Paulista. Quando o comércio reabriu em novembro, o instituto conseguiu manter os preços estáveis num nível menos desvalorizado que esse, tendo a intervenção do Banco do Brasil sem dúvida sido, segundo Fritsch (1988: 155), instrumental "em ajudar a evitar uma crise de proporções inimagináveis".

Ao mesmo tempo, São Paulo, com o apoio do governo federal, iniciou negociações em Londres para um empréstimo de longo prazo destinado principalmente a consolidar as obrigações de curto prazo do instituto. No final de abril de 1930, os arranjos foram concluídos e 17 milhões de libras, de um total oferecido de 20 milhões de libras em bônus paulistas de longo prazo, foram subscritos nos mercados internacionais. Anunciou-se que o empréstimo — caracteristicamente intitulado Empréstimo para a Realização do Café — destinava-se a permitir a venda "gradual e de uma maneira ordenada dos estoques existentes, e a colocar as futuras safras no mercado expeditamente... de forma a evitar a futura acumulação de estoques", e que a ele acompanhava uma série de regulações para a comercialização futura do café brasileiro. O empréstimo assim efetivamente retirava das mãos do instituto a defesa dos preços do café; com isto, sua capacidade de influir sobre o mercado entrou rapidamente em decadência.

DESTRUIÇÃO DE CAFÉ NA DÉCADA DE TRINTA



58

O golpe final contra o Instituto Paulista foi dado após a Revolução de 1930,²⁸ através de sucessivas decisões do governo federal assumindo o controle da política do café.

Em janeiro de 1931, o Instituto Paulista foi reorganizado pelo interventor federal no estado. Logo depois, o Conselho Nacional do Café foi criado, para assumir a responsabilidade pela política de defesa. Em fevereiro de 1933, este conselho, no qual os estados produtores ainda tinham voz, foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), uma autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda, com “poderes praticamente ilimitados para intervir no mercado do café (Costa, 1962: 569)”.

O problema mais premente era uma nova supersafra de 18 milhões de sacas em 1931/32, equivalente ao total das exportações mundiais em 1931. Era agora evidente que existia um significativo excesso de capacidade no setor (esta sendo a terceira safra de tal magnitude desde 1927/28) e que o programa de defesa não podia prosseguir como antes, por absoluta falta de recursos para mantê-lo.

Com muito expediente e determinação, o governo federal tomou duas decisões imediatamente. Primeiro, adquirir, através da expansão do crédito doméstico, os estoques de café remascentes que ainda não haviam sido comprados

²⁸ Esta revolução marcou o fim da República Velha (1889-1930) e o começo da ditadura de Getúlio Vargas (1930-45).



Dois registros da destruição da produção de café, mecanismo utilizado para enfrentar a crise da superprodução. Na primeira imagem pode se ver o produto sendo queimado e, na segunda, trabalhadores a bordo de um navio o despejam em alto-mar.

59

